

LEGISLATIVO

Câmara recua no PL do Aborto

Após reunião de líderes, Lira anuncia a formação de uma "comissão representativa", em agosto, para debater o projeto, "sem pressa"

» ALINE BRITO

As manifestações contrárias ao Projeto de Lei 1.904/2024 atingiram o objetivo de impedir a votação da matéria que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao homicídio simples. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que o texto não entrará na pauta do plenário neste momento e que o tema será debatido em uma "comissão representativa", a ser definida em agosto, após o recesso parlamentar.

"O Colégio de líderes deliberou debater esse tema no segundo semestre, com a formação de uma comissão representativa", afirmou Lira. Ele ressaltou que, com a criação dessa comissão, qualquer questionamento acerca do texto não faz sentido neste momento.

Lira garantiu que "todos os segmentos envolvidos" na discussão sobre o aborto serão incluídos no debate, a ser feito "sem pressa". O deputado não sinalizou quem ficará com a relatoria do projeto, tampouco especificou quando a comissão vai ser instalada.

"Em nenhum momento, esta Casa se furtou a debater qualquer assunto, independentemente do tema. Como nós já colocamos, é a casa do povo, é o espaço mais democrático que a sociedade tem para debater, propor leis, e nunca fugiremos dessa responsabilidade", enfatizou.

Desde a aprovação relâmpago da urgência para que o PL fosse à votação direto no plenário, sem passar por comissões, Lira tem sido alvo de críticas. Na ocasião, o presidente levou 23 segundos



Nada neste projeto irá retroagir nos direitos já garantidos e nada irá avançar que traga qualquer dano às mulheres"

Arthur Lira (PP-AL),
presidente da Câmara

para aprovar o requerimento.

A possibilidade de restringir o direito de meninas e mulheres vítimas de estupro ao aborto legal provocou protesto em diversas capitais do país.

Ontem, Lira passou a tarde reunido com os líderes para tratar do assunto. No início da noite, foi direto para a sala da presidência da Câmara, onde se reuniu, mais uma vez, com o Colégio de líderes e, em seguida, fez um pronunciamento oficial à imprensa.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), um dos nomes cotados para assumir a relatoria do projeto, participou da reunião e esteve no pronunciamento, na posição de líder da bancada feminina da Câmara.

"Não vamos responder a perguntas, vamos tratar o assunto aqui em tópicos pontuais, para que se evite, a partir de hoje, qualquer ilação que não fique clara", ressaltou Lira, mencionando a repercussão negativa do projeto e da votação da urgência. As críticas recaíram, quase exclusivamente, sobre ele, pela forma como tratou

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Lira, com Benedita da Silva e outros líderes, no pronunciamento. Ele disse que todos os segmentos serão ouvidos

a deliberação do requerimento. No pronunciamento, o deputado fez questão de frisar que a responsabilidade não é só dele.

"Não governamos sozinhos, essa narrativa não é verdadeira. Nossas decisões não são monocráticas, somos uma Casa de 513 parlamentares, representados por lideranças partidárias, e elas demonstram, claramente, que qualquer decisão é feita de forma colegiada. Cabe ao presidente lançar a pauta, conduzir os trabalhos", disse. Ele assegurou que o PL não vai avançar contra os direitos já concedidos às mulheres.

» Lula: "Que monstro vai sair do ventre dessa menina?"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou, ontem, sobre o PL do Aborto. "É crime hediondo um cidadão estuprar uma menina de 10, 12 anos, e depois querer que ela tenha um filho. O filho de um monstro", enfatizou. "Por que uma menina é obrigada a ter um filho de um cara que estuprou ela? Que monstro vai sair do ventre dessa menina?", acrescentou, em entrevista à rádio CBN. Ele também criticou o autor do texto, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que disse que o projeto testaria o apoio de Lula entre os evangélicos. "Eu quero saber: se a filha dele fosse estuprada, como ele ia se comportar?". Na entrevista, o chefe do Executivo ainda ressaltou que as pautas de costume "não têm nada a ver com a realidade que estamos vivendo".

Pacheco: sem lógica

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reiterou, ontem, o compromisso de não levar diretamente a plenário o PL do Aborto, se o texto chegar à Casa.

"Evidente que uma menina estuprada, uma mãe estuprada têm o direito de não conceber aquela criança, essa é a lógica penal, respeitados os entendimentos religiosos que existem, mas essa é a lógica política e jurídica estabelecida no Brasil", opinou Pacheco.

O senador disse que o projeto é "uma irresponsabilidade" e que, da forma como está, "não é possível" ser votado. "Quando se discute a possibilidade de equiparar o aborto, em qualquer momento, a um crime de homicídio, isso, de fato, é uma irracionalidade. Isso não tem o menor cabimento, a menor lógica, a menor razoabilidade", destacou.

Segundo ele, "essa inovação muito infeliz coloca em xeque a ciência do direito penal". "O direito penal é uma ciência, não é uma vontade de nós, legisladores, de simplesmente fazer aquilo que nós achamos que tem que acontecer. Há regras, há base empírica, há direito comparado, há uma lógica, há uma proporcionalidade de pena", pontuou.

O parlamentar informou que, se o projeto chegar ao Senado, será encaminhado para deliberação de comissões e da bancada feminina, mas que, da forma como o texto está, "não me parece minimamente viável". (AB)

Informe Publicitário

Voto no STJ causa surpresa e impacta mercado de capitais

Depois de vencer em todas as instâncias administrativas e judiciais, Ternium reafirma que não houve mudança de controle na Usiminas e reitera sua confiança na Justiça brasileira

A Ternium informa que, após a publicação do acórdão, irá recorrer da decisão tomada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A empresa reafirma que não houve alteração do controle no momento de sua entrada no capital da Usiminas em 2012 e não havia obrigação legal de realizar uma Oferta Pública de Ações (OPA).

A posição da Ternium se baseia em reiteradas decisões da CVM e de todas as instâncias do Judiciário, incluindo a própria Terceira Turma do STJ.

Nesse sentido, a Ternium ressalta que:

1. Ao ir contra jurisprudência firmada e consolidada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e por várias instâncias judiciais ao longo de 12 anos, inclusive a decisão de mérito do próprio STJ em 7 de março de 2023, o julgamento traz insegurança jurídica para o mercado de capitais brasileiro e coloca em risco operações de fusão e aquisição nas quais haja alienação de partes de grupos de controle.
2. A decisão determina o pagamento de uma indenização bilionária à CSN, que, de acordo com o CADE, comprou ilegalmente ações de seu principal concorrente, a Usiminas. A CSN recusou-se a cumprir reiteradas decisões do CADE de vender suas ações e atuou ao longo dos anos para prejudicar diretamente a empresa, tendo sido, por exemplo, contra o aumento de capital que salvou a Usiminas da recuperação judicial em 2016.
3. A participação total adquirida ilegalmente pela CSN na Usiminas tem um valor de mercado atual de R\$ 1,1 bilhão na B3, número inferior à indenização bilionária pretendida.

A Ternium investiu mais de R\$ 23 bilhões (US\$ 4,3 bilhões) desde 2012 para consolidar sua posição como uma das líderes do setor do aço do Brasil. Os centros industriais da Usiminas e da Ternium Brasil geram mais de 16 mil empregos diretos e mais 14 mil contratados. Diariamente, 30 mil pessoas trabalham nas duas empresas no Brasil. A empresa continua trabalhando todos os dias para fazer uma Usiminas cada vez mais sustentável e competitiva.

A mudança de decisões administrativas e judiciais, consistentes com as práticas consolidadas no mercado brasileiro e referendadas ao longo de 12 anos, representa risco aos agentes econômicos e aos investimentos. Presente no Brasil há mais de 70 anos, o grupo reforça seu compromisso com o país e reafirma sua confiança na Justiça e nas instituições brasileiras. Acredita ainda que a decisão de ontem será revertida, prevalecendo o entendimento já pacificado e consolidado.

